

Also available in [English](#).

LIVE AT STATE COM O ENVIADO ESPECIAL PARA A MUDANÇA CLIMÁTICA TODD STERN NA COP 21 EM PARIS

24 de novembro de 2015
Washington, D.C.

SR. ZELTAKALNS: Bem-vindos ao LiveAtState, a plataforma interativa de vídeo on-line do Departamento de Estado dos EUA para envolvimento com a mídia internacional. Sou Michael Zeltakalns, seu anfitrião. Fico muito feliz em dar as boas-vindas aos participantes de todo o mundo que estão conosco hoje. Mais de 100 jornalistas, de mais de 30 países, estão participando. Junto conosco, para discutir a política dos EUA sobre a mudança climática e a Conferência das Partes em Paris na semana que vem, está Todd Stern, Enviado Especial para a Mudança Climática. Obrigado por estar aqui conosco hoje, Sr. Stern.

SR. STERN: Muito obrigado, é um grande prazer estar aqui.

SR. ZELTAKALNS: Antes de passar a palavra ao nosso convidado, tenho algumas observações. Estamos oferecendo a interpretação simultânea deste evento, por telefone, em francês, português e espanhol. Se desejar ouvir a coletiva de imprensa em um desses idiomas, ligue para os números de telefone que aparecem no canto inferior esquerdo de sua tela. Você pode enviar suas perguntas agora na parte inferior da janela "Questions for State Department Official" (em português, "Perguntas para o Oficial do Departamento de Estado). Caso tenha alguma dificuldade ao enviar suas perguntas, você poderá mandá-las por e-mail para live@state.gov. Suas perguntas são bem-vindas e tentaremos responder o máximo possível de perguntas no tempo que temos. Observe que só podemos aceitar perguntas em inglês. Se quiser continuar envolvido com o tópico depois do programa de hoje, siga-nos no Twitter @StateDept, @US_Center e @StateDeptOES, e use as hashtags #COP21 ou #ActOnClimate. E agora, vamos começar.

Enviado Especial Stern, agradecemos sua participação aqui hoje. Vamos à primeira pergunta? A primeira pergunta vem de Andrew Restuccia, de Politico: "Como o senhor define sucesso em Paris e o que, especificamente, deve ser incluído no acordo final? A Administração teve êxito ao tratar das expectativas sobre os resultados que podem ser obtidos em Paris em termos realistas?"

SR. STERN: Bem, muito obrigado. Eu diria que: Estamos em busca de um acordo que seja ambicioso, efetivo, justo e durável; que acelere a transição que todos precisamos para uma economia mundial resiliente, com energia limpa e de baixo carbono; e que seja aplicável a todas as partes, a todos os países. Essa é uma das características realmente críticas desse acordo, que todos estarão envolvidos, todos estarão engajados.

Também acho que é criticamente importante que esse acordo envie um sinal - e se fizermos certo, ele enviará um sinal - ao público, à sociedade civil, ao setor privado em todo o mundo de que os líderes mundiais assumiram essa questão, de que estamos avançando e não haverá

retrocesso, é isso que eu diria. Em termos das questões críticas, precisamos de uma mitigação forte - é o esforço para reduzir as emissões. Precisamos de uma transparência excelente. É importante que todos os países e observadores possam ver o que todos estão fazendo, se estão seguindo os compromissos e garantias que fizeram. Precisamos de disposições fortes sobre a adaptação. Temos muitos países que não têm uma emissão muito alta, mas que enfrentam um grande risco dos efeitos e impactos da mudança climática, e até mesmo países avançados - quero dizer, sabemos disso nos Estados Unidos; basta ver o furacão Sandy e as inundações que estamos sofrendo, e tantas outras coisas. A adaptação é um desafio real para todos os países, e esse acordo se refere a aprimorar e aumentar o foco na adaptação.

Também precisamos de disposições fortes sobre financiamento e outros tipos de assistência para os países pobres que a necessitam, e precisamos fazer com que este acordo avance da antiga bifurcação entre duas categorias distintas, voltada para o passado, para um mundo que olha para frente, no qual há uma diferenciação entre os países. Não se pode esperar que os países façam mais do que são capazes, porém não devemos ter apenas essa maneira antiquada de bifurcação da mudança climática.

SR. ZELTAKALNS: Obrigado, Enviado Especial Stern. Nossa próxima pergunta vem de Crystal Sun, da Phoenix New Media: "O senhor esteve nas negociações de Quioto e disse repetidamente que Paris não é Quioto. O que o senhor acha que seria útil para não voltar a Quioto?"

SR. STERN: Bem, o que eu quis dizer sobre aqui não ser Quioto é, na verdade, aquilo a que eu me referia um momento atrás, sobre todos os países fazerem parte disso, porque essa foi uma parte essencial do mandato original negociado em Durban. A característica distintiva de Quioto foi que todas as novas obrigações foram direcionadas apenas aos países desenvolvidos, então, na verdade, foi um acordo de países desenvolvidos, com os países em desenvolvimento nas laterais. Isso não funciona mais. Novamente, como eu disse, somos um dos líderes em imaginar uma estrutura para esse acordo que se baseie numa abordagem de baixo para cima, na qual todos os países entrem com as contribuições e compromissos que acham que podem fazer em uma base determinada nacionalmente. Isso é o importante: ter todos os países no jogo. Portanto, nesse aspecto, aqui não é Quioto. Esse é um mundo e esse é um acordo no qual todos os países terão uma participação, mas uma participação que seja justa para eles e justa para todos.

SR. ZELTAKALNS: Nossa próxima pergunta vem do Brasil, Claudia Trevisan: "Muitos países insistem que o acordo de Paris seja vinculante, o que não é aceito pelos Estados Unidos. Como esse conflito pode ser resolvido?"

SR. STERN: Agradeço sua pergunta. Os Estados Unidos têm favorecido uma abordagem apresentada pela primeira vez numa proposta da Nova Zelândia há um ou dois anos que é essencialmente híbrida, pelo fato de que muitas das disposições do acordo seriam vinculantes e algumas não seriam. Assim, por exemplo, as disposições que se aplicam fundamentalmente à responsabilização do acordo, à transparência do acordo, à responsabilização por – precisamente, pelas metas apresentadas, pelo que você diz que fará, bem como pelos vários elementos do processo e pelas várias regras seriam aplicáveis ao modo de contabilizar as emissões e coisas

desse tipo. O que não seria vinculante na abordagem da Nova Zelândia são as metas em si, e achamos que esse é um bom equilíbrio, e achamos isso e pensamos assim por estarmos em busca de um acordo que tenha uma participação ampla e realmente plena, e estamos bastante convencidos de que um acordo que realmente exigisse metas vinculantes impossibilitaria a participação de muitos países.

A propósito, eu diria que, ao contrário do que acho que muitas pessoas podem presumir, em nossa visão uma estrutura desse tipo na verdade aumentará a ambição. Estamos bastante convencidos de que há muitos países que estariam inclinados a propor uma meta menor do que realmente seriam capazes se estivessem preocupados como a natureza legal – vinculante – das metas em si. Devo dizer que essas são discussões que escutei nos corredores e em salas privadas nos últimos anos. Lembro-me com bastante clareza de um almoço em Cancún, em 2010, com provavelmente 30 países, no qual houve muita discussão privada exatamente sobre esse ponto. Por isso, achamos que essa abordagem híbrida atinge o equilíbrio adequado, e estamos bastante confortáveis com ela.

SR. ZELTAKALNS: Alex Nussbaum, da Bloomberg, pergunta: "O que acontece após um acordo, presumindo-se que ele seja obtido? Quais são as próximas tarefas para o senhor, seu departamento e os Estados Unidos, de uma maneira mais ampla? Quais ações significativas o Senhor espera que sejam deixadas para negociação depois de Paris e o que os Estados Unidos fará para tornar os discursos e compromissos de Paris uma realidade no futuro?"

SR. STERN: Ótima pergunta. Eu diria o seguinte: Haverá toda uma série de etapas necessárias após o acordo. Em primeiro lugar, com relação aos elementos do acordo em si, haverá muitas situações em que incluímos no acordo propriamente dito um parágrafo ou dois sobre uma questão em particular, que depois precisará da definição e do desenvolvimento de outras diretrizes ao longo, espero, do próximo ano. Quero dizer, não queremos que isso se arraste por um longo período. Mas isso acontecerá, por exemplo, na área de transparência. Precisaremos, do nosso ponto de vista, de orientação suficiente na decisão que nós – no acordo em si que chegamos em Paris, para indicar com bastante clareza o caminho para o que os países decidiram fazer. Mas mesmo com a melhor orientação possível, haverá muitos detalhes muitos outros detalhes, haverá questões mais granulares que precisarão ser definidas no curso das diretrizes que serão negociadas, espero, repito, no próximo ano. Isso é válido para várias questões.

Além dos elementos relacionados a como você realmente cumpre o acordo, veja, todos estão fazendo – quero dizer, é uma das características realmente impressionantes das negociações – características de negociações até agora, é que em torno de 170 países apresentaram suas metas, suas chamadas INDCs, Intenções de Contribuições Determinadas Nacionalmente, no jargão dessas negociações.

Bem, então chegamos a um acordo em Paris, depois os países terão que realizar essas – implementar de verdade essas metas. Se você olhar para o que os Estados Unidos fizeram ao longo dos últimos anos sob a liderança do Presidente Obama para implementar, para atingir a meta que aceitamos em Copenhague e Cancún, esforços enormes em relação a centrais elétricas, ao setor de transporte, à maneira como os prédios funcionam, a outros gases além de CO₂, como

o metano e os HFCs de gases industriais, toda uma série de ações que estamos realizando para implementar a meta que temos para 2020. Teremos que continuar a fazer isso e mais para 2025, e também todos os demais países do mundo que assumiram suas próprias metas.

SR. ZELTAKALNS: John Upton, da Climate Central, quer saber: "A maioria dos países apresentou INDCs que abrangem 10 anos. Os EUA têm um plano que abrange apenas cinco. Por quê? E que tipo de processo de análise os EUA gostariam de ver para as INDCs depois de Paris?"

SR. STERN: Outra pergunta ótima. Nós estabelecemos uma meta de cinco anos, e deixe-me lhe dizer o porquê. Nossa visão era de que uma meta menor, uma meta de cinco anos em vez de 10, na verdade aumentaria a ambição, aumentaria o vigor, a força das reduções que somos capazes de fazer. Nosso cálculo – e estou bastante convencido de está correto – é que em cinco anos a partir de agora, digamos, em 2020, seremos capazes de estabelecer uma meta para 2030 muito mais forte do que teríamos sido capazes de fazer se estivéssemos tentando o tipo de adivinhação sobre qual seria a meta para 2030 agora, 15 anos antes. Então achamos que estabelecendo uma meta para 2025 – 10 anos a partir de agora, mas que seriam cinco anos dentro do contexto do acordo, indo de 2020 até 2025, achamos que isso aumentaria a ambição.

Mas vários países não concordaram. Muitos países estabeleceram metas de 10 anos. Somos a favor de uma abordagem ao acordo de que após 2030 todos os países trabalhem na atualização de cinco anos dos programas, porque, repito, simplesmente pelo motivo que eu mencionei, achamos que isso aumenta a ambição. E mesmo na medida em que haja países que não façam isso, ainda deverá haver pelo menos uma exigência de que os países declarem novamente, reapresentem, revisitem uma meta mais longa, se a tiverem, a cada incremento de cinco anos. Assim, somos muito – somos muito favoráveis a cinco anos em relação à análise. De novo, tudo faz parte de – quando eu digo transparência, isso realmente significa que é um conjunto de coisas que os países precisam fazer. Eles precisam estabelecer inventários que cubram as emissões que estão acontecendo em suas economias como um todo. Eles precisam relatar o progresso que estão fazendo em direção às metas que estabeleceram. E depois precisa haver uma análise. A análise será facilitadora. Ninguém está pensando em uma análise punitiva. Isso não decolaria. Porém uma análise facilitadora que veja o que um país fez e diga: "Isso está bom, vocês estão no caminho" ou "Isso não está tão bom. Que ajuda vocês precisam para melhorar?"

SR. ZELTAKALNS: A próxima pergunta vem de Lee Logan, da Inside EPA: "Quais o senhor acha que são os elementos necessários da porção de financiamentos do acordo, e isso atrairá apoio dos principais países em desenvolvimento, como a Índia?"

SR. STERN: A porção de financiamentos dessas negociações ainda é uma de suas controvérsias. Acho que o que eu diria sobre o financiamento é que nós – e na verdade já indicamos isso em uma declaração conjunta que o Presidente Obama fez com o Presidente Xi da China em setembro passado – uma necessidade claramente financiável para continuar em um nível sólido, temos a intenção tanto de cumprir as garantias que temos – que já fizemos no passado até 2020, quanto de continuar com um financiamento sólido depois. Achamos que outros elementos também devem ser incluídos. Achamos que a base de doadores, se você preferir, a quantidade de partes

preparadas para contribuir com o financiamento para países pobres, deve crescer. E a verdade é que está crescendo, então só queremos capturar o crescimento que já está acontecendo.

Darei um exemplo. Há oito países, países em desenvolvimento, que fizeram contribuições para o novo Fundo Verde para o Clima, que é o novo canal principal para assistência climática. Isso é fantástico, na nossa opinião. A China – no mesmo encontro entre o Presidente Obama e o Presidente Xi que mencionei há pouco, a China anunciou que vai contribuir ou disponibilizar mais de US\$3 bilhões para assistência climática a países pobres. Aplaudimos isso. É fantástico. Então, em um sistema que avança, à medida que mais países crescem, se desenvolvem e ganham a capacidade de se tornarem contribuidores, não apenas recebedores, achamos que esse é um desenvolvimento que deve ser encorajado.

Também – também diríamos que é – vemos como muito importante que nós, no lado dos países doadores, se você preferir, trabalhamos com países que precisam de assistência para desenvolver a sua própria capacidade de atrair investimentos do setor privado. Não há nada melhor para o desenvolvimento de um país, não apenas em relação à mudança climática, mas para fins de desenvolvimento, do que ser capaz de atrair investimentos privados. Desse modo, se você olhar para – há vários países que estão fazendo um ótimo trabalho nisso – a Nicarágua é um deles, as Filipinas, o Marrocos, a Malásia – que têm feito mudanças em seus sistemas regulatórios, que têm feito mudanças em seus sistemas jurídicos e em outros elementos de seu chamado ambiente habilitador próprio, o que tem levado investidores privados, algumas vezes com o governo – com um impulso do governo, do Banco Mundial, ou dos EUA, ou da UE, ou seja lá de quem for, mas com um aporte significativo do investimento privado.

Então esse é o caminho para criar condições para a entrada de muito, muito, muito dinheiro. Então temos que manter um investimento do governo e o apoio do governo que estamos dando, mas também precisamos tentar ajudar os países mais pobres a desenvolverem os tipos de economias que atrairão capital.

SR. ZELTAKALNS: Obrigado, Enviado Especial Stern. Antes de passarmos para a nossa próxima pergunta, eu gostaria de lembrar a todos que as transcrições, o vídeo e o áudio do LiveAtState de hoje serão enviados a todos os participantes e disponibilizados no site state.gov.

Nossa próxima pergunta vem de Houmi, da Le Point Afrique, e ela diz: "De acordo com o Presidente do PMA, Giza Gaspar Martins, o financiamento para o clima foi um ponto crítico de discussão da pré-COP ministerial, mas não está claro se o apoio financeiro será feito com assistência na construção de uma infraestrutura que permita aos países executar seus planos de ação climática nacionais. O que o senhor acha dessa afirmação?"

SR. STERN: Bem, eu – nós trabalhamos muito próximos a Angola e trabalhei muito próximo, na verdade, com o próprio Giza, que é um excelente negociador e um excelente representante de Angola e do grupo dos Países Menos Avançados. Eu acho – muito consistente com o que eu disse minutos atrás, que o financiamento para o clima é crucial. É crucial, a propósito, tanto para a mitigação quanto para o esforço de reduzir emissões; mas também, em particular, quando você

está se concentrando em países muito pobres que não têm muitas emissões, também é crucial se concentrar no lado da adaptação da equação.

Nos EUA, aumentamos nossa assistência para adaptação, eu acho, oito vezes no mandato do Presidente Obama – multiplicamos por oito, eu deveria dizer – desde que o Presidente Obama assumiu. E somos favoráveis ao aumento do financiamento para adaptação. Eu destacaria a decisão tomada no Fundo Verde para o Clima de que 50% dos fundos para o Fundo Verde para o Clima em uma chamada base de equivalência de concessão deveriam ir para a adaptação, não apenas a maior parte ir para a mitigação. E acho que essas coisas têm uma importância enorme.

Também é importante, como indica a pergunta, fornecer apoio que ajude os países a desenvolverem um caminho de baixo carbono. E temos um programa nos EUA chamado LEDS, Low Emission Development Strategies (em português, Estratégias de Desenvolvimento com Baixas Emissões), que tem sido bastante eficaz. Trabalhamos com cerca de 20 países, vários deles na África, ajudando os países exatamente nisso. Isso é algo que outros países doadores também estão fazendo, mas que – precisa ser feito mais.

SR. ZELTAKALNS: Nossa próxima questão vem do Chile. Paula Nuñez pergunta: "O senhor acha que o setor empresarial americano tem um compromisso real com a mudança climática atualmente?"

SR. STERN: Bem, eu acho que o setor empresarial americano é – tem um compromisso cada vez mais forte com a mudança climática, e estamos vendo isso de muitas, muitas maneiras. Quero dizer, da maneira mais direta relacionada às negociações, há um esforço que realizamos denominado American Business Act on Climate (Lei de Empresas Americanas de Combate às Mudanças Climáticas). Há 81 grandes corporações dos EUA que o assinaram. Muitas delas estarão em Paris. Elas estabeleceram garantias sobre o que farão em seu próprio contexto corporativo no período entre, digamos, agora e 2025 ou por aí para reduzir as emissões e usar energia com de maneira mais eficiente.

E elas também assinaram uma declaração indicando seu apoio a um acordo forte, eficaz e ambicioso em Paris. Porém, obviamente, o apoio vai muito, muito além desses 81 países, eu acho – 81 empresas. Acho que o que você verá e o que estamos vendo das empresas é um apoio cada vez maior, mas também a compreensão de que a mudança climática é real e que é necessária uma ação.

E eu diria esta coisa óbvia sobre o setor empresarial: empresários são necessariamente pessoas que se baseiam em fatos, que se baseiam em fatos e estão enraizados em fatos; eles precisam olhar para o mundo através de lentes de fatos ou, do contrário, não tomarão as decisões corretas que permitirão que suas empresas sejam bem-sucedidas. Não é possível administrar negócios com base na ideologia. Você precisa administrar negócios com base na realidade. Esse fato é algo que, no final das contas, – e eu acho que agora – está levando uma grande quantidade de empresas, inclusive muitas que historicamente não têm apoiado as ações relativas à mudança climática, a ver que isso é real, que não irá embora, que elas precisam ser capazes de administrá-

la, ou, do contrário, os impactos sobre a economia como um todo e sobre suas próprias empresas serão graves.

SR. ZELTAKALNS: Nossa próxima pergunta vem do *Brunei Times*. Darren Chin quer saber: "O Departamento de Estado é o segundo maior emissor de --" ou melhor, "Os Estados Unidos são o segundo maior emissor de CO₂ e gases do efeito estufa do mundo, depois da China. Os países em desenvolvimento ou economias emergentes devem arcar com o mesmo tanto de responsabilidade para cortar as admissões - emissões de CO₂ que as economias desenvolvidas como os Estados Unidos?"

SR. STERN: Bem, então a questão é na verdade perfeitamente adequada, porque sim, os Estados Unidos, como o autor da pergunta colocou, são o segundo maior emissor. E o maior emissor é a China - quase duas vezes o tamanho dos Estados Unidos nesse ponto. A China é um país em desenvolvimento no contexto de negociações climáticas. E isso é apenas uma ilustração de por que precisamos que ambos os lados da equação ajam.

Atualmente temos uma situação na qual algo em torno de 60 e 65% das emissões globais vêm de países em desenvolvimento. Isso não é algo ruim; é algo bom. Isso significa que os países em desenvolvimento estão se desenvolvendo, e não há nada de errado com isso. Mas o que nós - mas o que isso diz é que não se pode resolver a mudança climática apenas em cima dos 30 ou 35% representados pelos países desenvolvidos.

Ao mesmo tempo - e isso está totalmente incorporado em nossa abordagem para esse acordo - não é possível pedir aos países que atuem de maneiras que sejam inconsistentes com seus imperativos de crescimento, desenvolvimento e erradicação da pobreza. Quero dizer, você não pode pedir que os países façam isso. E se você pedir a eles que o façam, eles não o farão, e isso é bastante compreensível.

Portanto, o que precisamos ter e o que temos incorporado nesse acordo é a noção de ação determinada nacionalmente. Os países devem ser encorajados a fazer o melhor que eles mais - o melhor que eles podem, porque o problema é realmente grave e nós - e por todos os nossos - pelo nosso bem e o bem de nossos filhos, precisamos lidar com isso. Mas os países precisam agir de uma maneira que eles achem que realmente conseguem administrar.

Assim, estabelecemos uma estrutura que diz que todos precisam agir. Sim, entendemos que há países em diferentes estágios de desenvolvimento. Entendemos que há muitos países que serão capazes de fazer isso, mas não todos. Porém a decisão será deles. Mas não podemos simplesmente dizer: "Países desenvolvidos, essa é a sua carga; países em desenvolvimento, vocês podem ficar de lado."

Então precisamos que todos ajam. Eu diria também que há muitos países no grupo de países em desenvolvimento nas negociações climáticas que são bastante avançados - na verdade, países muito ricos. Então, há uma mistura. Todos - basicamente, a mensagem final é que todos precisam agir de acordo com a sua própria capacidade.

SR. ZELTAKALNS: A próxima pergunta vem da Reuters. Valerie Volcovici quer saber como as conversações de Paris tratarão a questão da transferência de tecnologia. O foco estará no desenvolvimento de capacidade ou em impulsionar financiamentos?

SR. STERN: Bem, acho que um pouco de ambos, provavelmente. Acho que a transferência de tecnologia é uma questão importante. Ela sempre fez parte dessas negociações. Fizemos, ao longo dos últimos anos, várias coisas que são úteis nesse sentido. Iniciamos o chamado Centro e Rede de Tecnologia para o Clima. Iniciamos um comitê executivo de tecnologia para se concentrar nessas questões.

Não há dúvida de que a tecnologia é um grande componente da solução definitiva para a mudança climática. Há muitas tecnologias e muitas soluções que na verdade já existem, porém precisamos mais. É um dos motivos, a propósito, pelos quais os Estados Unidos e muitos outros países têm estado bastante focados na importância de impulsionar pesquisa e desenvolvimento, o tipo de gasto em P&D que produzirá as inovações em uma - uma gama de tecnologias de energia limpa que precisamos. Mas para os países pobres e países que precisam de tecnologia, sem dúvida, precisamos proporcionar tanto financiamento quanto assistência técnica.

SR. ZELTAKALNS: Randy Showstack, do eos.org, pergunta: "Com todos os diversos componentes móveis dessas negociações na COP21, na sua opinião, qual é o maior obstáculo ou os dois maiores obstáculos para se alcançar o que vocês chamam de um acordo forte e bem-sucedido em Paris? Além disso, quais são os maiores pontos potenciais de fracasso e o que o senhor e os outros estão tentando fazer para evitar ou superar esses possíveis bloqueios ou falhas?"

SR. STERN: Veja, acho que há várias questões que ainda estão sob séria discussão e negociação. Isso é bastante normal; é a maneira como essas coisas sempre ocorrem. Numa resposta anterior mencionei o fato de que 170 metas, ou algo assim, foram apresentadas. É um fato tremendo a ser levado em consideração. Isso diz que - e que provavelmente inclui mais que - bem mais de 120 que estão em desenvolvimento. Então isso indica um nível bastante considerável de adesão pela comunidade mundial para a realização desse acordo. Ninguém passaria pelo sangue, suor e lágrimas necessários para estabelecer uma dessas metas se não achasse que o acordo iria ocorrer e se não estivesse fundamentalmente convicto da realização de um acordo. Portanto, esse é um ótimo pano de fundo.

Ainda há questões que são desafiadoras. Acho que o modo preciso pelo qual capturamos a diferenciação é uma discussão contínua, e acho que o faremos, mas é uma discussão e um debate contínuo. Ela surge em várias questões, seja mitigação ou transparência ou apoio financeiro. Então todas essas são questões que realmente farão parte da discussão.

Acho que o outro tipo de grande - não sei se eu chamaria de obstáculo, mas algo com o que temos cuidado é não tentar chegar a um acordo que seja apenas minimalista e adie as decisões para o futuro distante. Como eu disse, alguns - há sempre uma característica desses acordos em que você tenta chegar a um consenso sobre algo no acordo principal em si, e depois há diretrizes que precisam vir na sequência. Mas precisamos nos assegurar de que esse acordo em si seja

sólido, que ele deixe claro aonde estamos indo, que forneça a orientação para qualquer trabalho de acompanhamento necessário, e que não assumamos a posição de dizer: "Bem, teremos apenas algumas cláusulas bastante limitadas aqui e empurraremos as coisas para a próxima vez." Acho que não queremos empurrar as coisas para a próxima vez. Agora é a nossa vez. Este é o momento, e queremos aproveitá-lo.

SR. ZELTAKALNS: Obrigado, Enviado Especial Stern. Eu gostaria de aproveitar esse momento para lembrar a todos como podem nos seguir e continuar com essa conversa na mídia social. No Twitter, @StateDept e @US_Center e @StateDeptOES. E, é claro, no Twitter vocês podem usar a hashtag #COP21 e a hashtag #ActOnClimate.

Nossa próxima pergunta nos leva ao *The Sunday Times* de Londres, e Jonathan Leake tem uma pergunta sobre os muitos – sobre: "Muitos dos países envolvidos nas conversações da COP21 e nos processos da UNFCCC publicaram dados sobre suas missões junto com garantias para reduzi-las. No entanto, no momento não há como saber se os dados são precisos nem mensurar até que ponto as garantias são mantidas. O senhor poderia avaliar nossa visão sobre a verificação? Que princípios deveriam ser aplicados à verificação e que mecanismos o senhor gostaria de ver em prática?"

SR. STERN: Bem, isso nos leva de volta à questão que chamei de transparência. Às vezes, ela também é mencionada como MR.V - treinamento, relatórios e verificação. É – estou usando esses termos como sinônimos. O termo usado nas negociações atuais é transparência, mas ele inclui, em primeira instância, países fazendo bons inventários. Quero dizer, há muito progresso que ainda precisa ser feito nesse aspecto. Alguns países fazem bons inventários, mas muitos ainda não. Assim, isso é algo que precisamos para colocar os países em uma bom caminho para fazê-lo, porque os inventários são um tipo de linha base que são necessários para entender o cenário de emissões em um determinado país.

Daí também temos o componente de relatórios que - nos quais, o mais importante, precisa envolver relatórios sobre o progresso de um país em direção à meta que foi assumida por ele. De novo, é imensamente importante e precisamos de relatórios que permitam às equipes de análise especializada - e esse é o terceiro componente; precisam ser analisados - às equipes de análise especializada avaliar se as informações que os países estão fornecendo são sólidas, se os países estão num bom caminho para atender à meta que estabeleceram, e, por fim, se os países atingiram essa meta.

Portanto, fazer com que o sistema funcione bem será tremendamente importante. O componente de análise real é algo em que há um monte de - temos um monte de experiência com ele, pois as equipes de análise especializada têm trabalhado há muitos anos no contexto da UNFCCC. Elas têm se focado principalmente nas ações de países desenvolvidos, alguns em desenvolvimento. Porém, essas são equipes que acumulam e analisam todos os dados preparados pelos países, e voltam e discutem com os países quando elas têm dúvidas, e isso - esse sistema será, eu acho, tremendamente importante. Eu realmente concordo com o autor da pergunta nesse aspecto, porque as pessoas estarão em busca de confiança. As pessoas nas negociações, as pessoas fora

das negociações estarão em busca da capacidade de ter confiança e segurança naquilo que os países dizem que estão fazendo. O sistema não pode funcionar sem isso.

SR. ZELTAKALNS: Acho que essa próxima pergunta de David Biello, da *Scientific American*, é elaborada com base nisso. Ele deseja saber: "Que garantias serão postas em prática para assegurar que isso não seja como as pessoas escolhendo suas próprias alíquotas tributárias e que metas audaciosas para a redução das emissões sejam definidas e atingidas?"

SR. STERN: Bem, eu não diria que é como as pessoas escolherem suas próprias alíquotas tributárias, mas acho que estamos falando da capacidade de os países fazerem sua própria determinação de qual é o melhor caminho a ser seguido por eles. E há vários caminhos diferentes que você pode seguir em relação a problema, de maneira bastante eficaz. Se você olhar para a meta que a China estabeleceu, por exemplo, - e uma grande parte dessa meta foi anunciada no ano passado, no histórico anúncio conjunto entre o Presidente Obama e o Presidente Xi em Pequim em novembro passado. A meta da China inclui o compromisso de atingir o ponto máximo de suas emissões até 2030 ou antes, se for capaz. Ela inclui uma garantia de aumentar a participação de combustíveis não fósseis em até 20% de sua energia total. Esse é, na verdade, um compromisso enorme, e exigirá que a China construa algo em torno de 900 gigawatts de energia não fóssil de agora até 2030. Apenas para comparação, todo o sistema elétrico dos Estados Unidos é de 1.100 gigawatts, portanto a China precisará construir em energia renovável ou nuclear entre agora e 2030 uma capacidade quase igual à do sistema inteiro dos Estados Unidos para cumprir essa meta de 20%. Eles também têm um objetivo ou meta para a melhoria da intensidade energética de sua economia.

Dessa forma, essas são três maneiras diferentes de agir, e temos uma meta de redução absoluta de passar de 26 para 28% abaixo de nossos níveis de 2005 até 2025. Países diferentes têm maneiras diferentes de agir. Acho que nós - contanto que elas sejam sólidas e claras, eu acho, de preferência - gostaríamos de ver metas absolutas na medida em que sejam possíveis. Acho que as vemos de maneira generalizada entre os países desenvolvidos. Você as estão vendo - em alguns casos, [em países] em desenvolvimento. E acho que as verão cada vez mais no futuro. Mas acho ok que os países - de novo, eu não diria escolher sua própria alíquota tributária, mas escolher sua própria maneira de reduzir as emissões, contanto que seja ambiciosa, contanto que seja clara, contanto que seja transparente e contanto que possa ser monitorada.

SR. ZELTAKALNS: Ed King, do Climate Home, diz: "Sobre financiamento, o senhor vislumbra um acordo de Paris que estipule novos valores para a concessão de financiamentos, como um piso de US\$100 bilhões para - a partir de 2020, e o senhor acha que os pedidos de 35 bilhões de financiamento para adaptação até 2020 são realistas?"

SR. STERN: Agradeço sua pergunta. A resposta resumida é que ainda não sabemos. O que eu disse, como observei um pouco mais cedo hoje, é que certamente veremos a continuidade do financeiro sólido. Nós temos - nós estamos operando agora em - tendo como base uma garantia que foi assumida em 2009 e 2010 - repetida em 2010 - pelos países desenvolvidos de procurar mobilizar US\$100 bilhões por ano de financiamento até 2020, de todas as fontes, públicas e privadas, de todos os canais, sejam canais bilaterais ou o Banco Mundial ou bancos de

desenvolvimento multilaterais, e assim por diante; e de fazer isso no contexto da mitigação significativa e da transparência.

Se você olhar para esses critérios e aplicá-los à situação na qual estamos agora, a mitigação significativa e a transparência agora, quando entramos na negociação de Paris, obviamente incluiriam disposições para mitigação significativa e transparência nesse acordo – disposições fortes e eficazes no acordo em si. Qual será a redação exata para transmitir a noção de que o financiamento forte e sólido continuará acho que é um assunto para discussão e debate.

Como eu disse antes, estamos em busca de um mundo que avance - um mundo após 2020 – no qual a classe de doadores, o grupo de doadores comece a se expandir. Como observei, as boas novas são que ele já está [se expandindo]. Temos esses oito países – países em desenvolvimento – que contribuíram para o Fundo Verde para o Clima. Temos a China, que anunciou US\$3 bilhões – a disponibilização de US\$3 bilhões para os países pobres em um fundo próprio para o clima. E há vários outros países em desenvolvimento que disponibilizam financiamentos. Portanto, será um mundo no qual a base de doadores vai se expandir os doadores que já estão lá continuarão a oferecer financiamento sólido, e as especificidades e valores em dólares e tudo o mais farão parte dessas negociações.

SR. ZELTAKALNS: Nossa última pergunta de hoje vem de Thomas Schueneman, de triplepundit.org: "Se as metas para Paris não forem cumpridas, como o senhor vê o avanço do processo da COP? Esse momento pode ser recapturado?"

SR. STERN: Não vou ceder ao - ao pensamento sobre o aspecto negativo de Paris. Vou preferir me concentrar no aspecto positivo. Quero dizer, direi o seguinte: As estrelas estão mais alinhadas agora para chegar a um acordo do que jamais as vi – do que jamais vi acontecer antes. Temos uma oportunidade real. Estamos aproveitando essas 170 metas que foram apresentadas. Sabemos que os países estão interessados em fazer isso. A situação atual – não há comparação, por exemplo, com o momento decisivo mais recente, que foi 2009, quando as pessoas estavam indo para Copenhague. E faz tanto tempo que estou por aí que, na verdade, estive lá. E temos essa oportunidade, temos esse momento. Os países precisarão agora estar dispostos – a partir de agora, a partir de hoje, a partir de ontem – a se afastar de algumas de suas posições fixas, a procurar uma base comum, a encontrar aquela zona intermediária, aquele patamar onde possamos realmente fazer esse acordo. Isso está acontecendo. Isso tem acontecido. É preciso que aconteça mais. Mas podemos fazê-lo. Acho que o faremos. E eu não vou pensar na alternativa. Obrigado.

SR. ZELTAKALNS: Bem, nosso tempo hoje chegou ao fim. Muito obrigado, Enviado Especial Stern, pelo tempo dispensado para estar conosco hoje. Para quem está assistindo no exterior e em casa, enviaremos a vocês os arquivos de áudio e vídeo e uma transcrição do programa de hoje em breve.

E novamente, se você quiser continuar por dentro das questões relativas à mudança climática hoje, amanhã, durante a COP21, poderá nos seguir no Twitter @StateDept, @US_Center e @StateDeptOES. Basta usar a hashtag #COP21 e a hashtag #ActOnClimate. Eu também gostaria

de observar que para quem não é falante nativo do idioma inglês o Departamento de Estado mantém feeds de idiomas estrangeiros no Twitter em russo, francês, espanhol, português e árabe. Então, explore nosso conteúdo também no Twitter para continuar a conversa sobre a mudança climática. Esperamos encontrá-lo novamente em breve, em outro programa LiveAtState. Boa noite.

###